



Município Araçariquama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

Araçariquama, 07 de MARÇO de 2016.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE DE ENSINO DE ARAÇARIQUAMA

À CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIQUAMA
A/C VEREADOR (PRESIDENTE DA CÂMARA)
LEANDRO AMARO DE ANDRADE

Este documento é composto por 19 páginas.

Página 1 a 8 refere-se à justificativa da inclusão e suas características.

Página 9 a 12 refere-se ao anexo I (Relação de alunos com necessidades especiais).

Página 12 a 19 refere-se ao anexo II (Conformidade com o PME).

Assunto: Resposta ao requerimento nº 11/2016 da Câmara Municipal de Araçariquama

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO ARAÇARIQUAMA

Atualmente, a Secretaria de Educação do Município de Araçariquama, encontra-se em processo de regularização do que é de direito para com a pessoa com necessidades educacionais especiais no sistema educacional inclusivo. A Educação Especial é definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza recursos e serviços e orienta sua utilização no ensino regular.

Um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que: [...] tem como função complementar ou suplementar a formação do(a) aluno(a) por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Recursos de acessibilidade na educação são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos(as) alunos(as) com deficiência ou

RECEBIDA EM EXPEDIENTE
08/03/2016
1º SECRETÁRIO
C.M. ARAÇARIQUAMA - SP
PROTOCOLADO Nº 055
EM: 08/03/16
ASS.: 08:36 HORAS
RJ

com cópia
aos
vereadores



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), apoia o desenvolvimento do(a) aluno(a) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, disponibilizando o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, oferecendo, orientando, acompanhando e avaliando o uso de recursos de Tecnologia Assistiva.

O AEE Adequa e produz materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos(as) alunos(as), oportuniza ampliação e suplementação curricular (para alunos com altas habilidades/superdotação).

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos(as) professores(as) que atuam na sala de recursos multifuncionais em articulação com as equipes gestoras, professores(as) do ensino comum, Equipe de Orientação Pedagógica e Equipe de Orientação Técnica, devendo se articular com a proposta da escola, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum, e deve ser considerado no Projeto Político Pedagógico da escola em que ele ocorra.

Alunos público-alvo da educação especial

I. Aluno com deficiência

Na perspectiva da educação inclusiva, considera-se aluno com deficiência aquele que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, pode ter impedida sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

I. Aluno com Transtorno do Espectro Autista

Apresenta um distúrbio do desenvolvimento neurológico nos domínios: sociais/comunicação déficits e interesses fixados e comportamento repetitivo.

II. Aluno com Altas Habilidades/Superdotação



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

Demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

Os alunos com deficiência devem ter acesso ao mesmo currículo escolar oferecido aos demais estudantes, uma vez que essa garantia está prevista em lei.

- *"Os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida" (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 24);*
- *"Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos" (Lei nº 7.853/89, art. 8º).*
- *É dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (Constituição Federal, art. 208);*



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

- oferta de profissionais de apoio escolar;
- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Lei nº 13.146/2015)

Para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular se efetivem, são necessários alguns procedimentos fundamentais:

1- Adequações Curriculares

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o aluno.

Para que alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

- a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;
- o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- as adaptações curriculares e de acesso ao currículo.



Município Araçatiguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

Algumas características curriculares facilitam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, dentre elas:

- atinjam o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado;
- desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, em necessariamente de igual modo ou com a mesma ação e grau de abstração. (PCN – *Adaptações Curriculares* p.33)

Os professores das salas de recursos em parceria com os professores de sala regular e com os profissionais de apoio, realizam as adequações necessárias e específicas para os alunos público-alvo da educação especial.

2 - Profissionais de apoio em acompanhamento de alunos público-alvo da Educação Especial

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Na organização e oferta desses serviços devem ser considerados os seguintes aspectos:

- As atividades de profissional tradutor e intérprete de Libras e de guia-intérprete para alunos surdocegos seguem regulamentação própria, devendo ser orientada sua atuação na escola pela educação especial, em articulação com o ensino comum.
- Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.
- A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.
- Em caso de educando que requer um profissional “acompanhante” em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos



Município Araçariguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola (*NOTA TÉCNICA SEESP/GAB nº 19/2010*).

Como estratégia para garantir o ensino inclusivo, tramita no Congresso Nacional projeto (**PL 8.014/10**) que obriga as escolas regulares a oferecerem cuidadores (profissionais especializados quando necessário) para alunos com deficiência, uma vez avaliado que é necessário atendimento individual a este estudante. O projeto será acrescido à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394), sancionada em 1996.

O município contratou profissionais de apoio/auxiliares capacitados (professores com formação em pedagogia mais cursos específicos na área de educação especial ou pós graduados), a fim de auxiliarem nas salas de aula onde essas crianças estão inseridas além de desenvolverem trabalho com o estudante com deficiência para que esse consiga realizar atividades escolares adequadas a suas especificidades e necessidades básicas, como ir ao banheiro, comer ou se comunicar, trabalho esse que, muitas vezes, o professor titular de sala não pode cumprir sozinho.

3 - Formação continuada para profissionais

- Professores auxiliares: encontro a cada quinze dias em horário de HTPCs com formação na área da educação especial/ inclusiva com a equipe da Coordenação de Inclusão;
- Professores de sala regular: HTPCs com a equipe de Educação Inclusiva, incluindo Fonoaudióloga e Psicólogas;
- Cursos de Braille (3ª turma) e curso de Soroban adaptado para deficiente visual (1ª turma), para professores da rede municipal de ensino;
- Previsão de oferta curso de LIBRAS, para alunos e professores, possivelmente ainda no primeiro semestre ;
- Professores das salas de recursos multifuncionais: Encontros semanalmente para estudo de casos, pesquisas e organização dos atendimentos;



Município Araçatiguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

- Equipe técnica (Coordenadora, Psicólogas, Fonoaudióloga): Encontro mensal na USP com plantão institucional;
- Encontro mensal com equipe intersetorial – Saúde, CRAS, Fundo Social.
- Atendimentos / orientações / informações nas unidades escolares para grupos de alunos e/ou profissionais com as psicólogas e fonoaudióloga da Educação.

No município de Araçatiguama estão sendo atendidos, até a presente data 73 alunos com necessidades especiais que se enquadram dentro da POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. (ver anexo 1).

Alguns ajustes estão em andamento no que diz respeito a alunos com laudos comprovando a deficiência ou altas habilidades/superdotação. O documento esclarecedor no que diz respeito à orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar cita:

O atendimento educacional especializado - AEE visa promover acessibilidade, atendendo as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no projeto Político pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, afim de que possa se efetivar o direito destes estudantes à educação. Para realizar o AEE, cabe ao professor que atua nesta área, elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado – Plano de AEE, documento comprobatório de que a escola, institucionalmente, reconhece a matrícula do estudante público alvo da educação especial e assegura o atendimento de suas especificidades educacionais. Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com



Município Araçariguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE).

Os alunos com transtornos funcionais específicos, apesar de não fazer parte do público alvo para o atendimento educacional especializado, estão sendo assistidos de acordo com cada necessidade.

Em 2015 foi aprovado o Plano Municipal de Educação. A Meta 4 referente a Educação Especial/Inclusiva dá as diretrizes de acordo com o PNE. (ver anexo 2)

Fonte:

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Brasília - Janeiro de 2008

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 (*) Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

NOTA TÉCNICA SEESP/GAB nº 19/2010 - Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino

- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

CÂMARANOTÍCIAS<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/438330-CAMARA-APROVA-CUIDADOR-NAS-ESCOLAS-PARA-ALUNOS-COM-DEFICIENCIA.html> – Acesso em 10/02/2016

NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE - Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

Parâmetros Curriculares Nacionais : Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC / SEF/SEESP, 1998.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAÇARIGUAMA 2015 meta 4



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

ANEXO 1

Demanda alunos atendidos pelo AEE em 2016
EMEIF CEI Despertar
1 aluno com Paralisia cerebral-múltiplas
1 aluno com Deficiência física
1 aluno com Atraso no desenvolvimento
1 aluno com Def. Física Cadeirante
1 aluno com Autismo Infantil
1 aluno com Suspeita surdez/autismo (aguardando laudo)
EMEIF Jorge Amado
2 alunos com Deficiência Intelectual
1 aluno com Baixa visão-Def. Auditiva
EMEIF Juscelino Kubitschek
2 alunos com Def. Física e outros transtornos
1 aluno com Def. Física- Par. Cerebral
1 aluno com Deficiências Múltiplas
1 aluno com Suspeita Síndrome Córnelia de Lange
1 aluno com Def. Intelectual
1 aluno com Síndrome de Down
EMEF Antonieta C. Gordinho
5 alunos c Deficiência intelectual
1 aluno c Síndrome de Down
1 aluno c Def. Auditiva
1 aluno c Def. Física/ Def. Intelectual
1 aluno c Surdez Severa



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

1 aluno com Def. Intelectual/Autista
EMEIF Rada Smaili
3 alunos com Suspeita de D.I (aguardando laudo)
1 aluno com Deficiência Visual
1 aluno com Transtornos diversos
1 aluno com Autismo e Def. Int.
EMEIF Manoel A. de Andrade
1 aluno com Deficiência Intelectual
1 aluno com Susp. Mutismo seletivo
EMEF Thereza de C. Castro
1 aluno com Transt. Desenv. Psicológico
2 alunos com Autismo Infantil
1 aluno com Microcefalia/Atraso desenvolvimento
3 alunos com Paralisia cerebral -Def. Física
1 aluno com Aguardando conclusão do laudo de Deficiência Intelectual
1 aluno com Def. Física - Cadeir.
1 aluno com Def. multiplas /cadeirante
1 aluno com Aguardando conclusão do laudo
1 aluno com Deficiência Física
3 alunos com Def. Intelectual
EMEI Praça da Bíblia
2 alunos com Def. Física - Cadeirantes
1 aluno com Síndrome de Down
1 aluno com Deficiência Física-
EMEF Cristiano O. Zaparolli



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

1 aluno com Deficiência Intelectual
1 aluno com Suspeita Def. Intelectual (aguardando laudo)
EMEIF Ana Maria de Barros
1 aluno com Def. Intelectual (transtornos específicos da fala e da linguagem)
1 aluno com TDAH
EMEIF Rosalina S. Bonifácio
1 aluno com Def. Visual - Baixa Visão
1 aluno com Deficiência Física e outros
1 aluno com Deficiência Intelectual
EMEF Alberto F. de Araujo
6 aluno com Def. Mult -Intelectual
1 aluno com Retardo Mental Leve
1 aluno com Def. Física- Par. Cerebral
1 aluno com Autismo Infantil
1 aluno com Surdez Moderada
2 aluno com Autismo/Def. Intelectual
1 aluno com Def. Física/ Ictiose Lamelar

Obs. 1: O Atendimento Educacional Especializado atende também em Salas de Recursos Multifuncionais os alunos que foram encaminhados pela coordenação pedagógica e ainda não possuem estudo clínico. Esse atendimento ocorre durante 6 meses no máximo, prazo esse que a família com orientação da escola tem para buscar avaliações específicas/médicas para diagnóstico/laudo. A equipe multidisciplinar em parceria com a saúde tem obtido grande agilidade no agendamento desses exames.

Obs. 2: Reservamo-nos o direito de não publicar o nome dos alunos para preservar suas respectivas privacidades. Todas as condições dos alunos elencados acima



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

podem ser verificados pessoalmente na Secretaria de Educação ou ainda nas secretarias de cada uma das escolas através do sistema PRODESP.

ANEXO 2

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diretrizes

- Disseminar pela comunidade escolar e pela comunidade de Araçatuba a cultura de inclusão.
- Assegurar a formação específica de professores que trabalham no Atendimento Educacional Especializado.
- Orientar comunidade educacional sobre o trabalho do Atendimento Educacional Especializado.
- Garantir que todos os alunos que possuam histórico segregado recebam o acompanhamento pelo período necessário.
- Deixar/abandonar por completo, se possível, o regime de segregação incluindo todos no ensino básico regular.

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Objetivos e Metas

- Garantir que as salas de recursos multifuncionais cadastradas pelo município sejam ativadas, até o primeiro ano de vigência do PME, de modo a oferecer o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeitando o repasse do Fundo de Manutenção e



Município Araçariguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB já assegurados para esse fim, referente aos dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam esse tipo de atendimento (AEE), sem prejuízo do cômputo dessas matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11494 de 20 de junho de 2007.

- Implantar salas de recursos multifuncionais, no prazo de vigência deste PME, nas creches e garantir que o atendimento educacional especializado ofereça serviços de intervenção precoce à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.
- Garantir que as salas de recursos multifuncionais cadastradas pelo município sejam ativadas, até o primeiro ano de vigência deste PME, e contratação, em cargo efetivo, de professores para o atendimento educacional especializado, com formações específicas, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, com salário compatível ao professor especialista, em número suficiente, tanto para o atendimento dos alunos, como para dar suporte ao trabalho do professor em sala de aula, para que assim, possa garantir a realização de formação continuada na área de Educação Inclusiva para gestores, professores/as, profissionais de apoio e monitores/as ou cuidadores/as dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de vida autônoma nas escolas urbanas e do campo da rede pública, além das escolas conveniadas, em parceria com os profissionais que compõe o centro de multidisciplinar de apoio.
- Garantir o atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (podendo haver convênios com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - Associação de Pais e Amigos das Crianças Especiais – APACE – Associação dos Deficientes Visuais – ADV –



Município Araçariquama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

Associação dos Deficientes Auditivos de São Roque – ADAS, entre outras) nas formas complementar e suplementar, a todos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliações, ouvidos a família e o aluno, assim como, contratação, em cargo efetivo, de professores para o atendimento educacional especializado, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, e em número suficiente tanto para o atendimento dos alunos, como para dar suporte ao trabalho do professor em sala de aula.

- Manter e ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulado com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação afirma que verbas, atribuições e cargos devem estar comprometidos com os processos educativos;

O Sistema Único de Saúde – SUS (Lei Nº 8.080/90) reafirma, em consonância com a Constituição Brasileira de 1988, que a intervenção em processos de saúde-doença deve estar reportada à Política Nacional de Saúde, não cabendo ações de diagnóstico e intervenção em espaços não vinculados ao SUS, posto que ações como essas não potencializariam os processos educativos;

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Lei 12.435/2011) estabelece que a intervenção em situações de vulnerabilidade e risco sociais deve estar reportada à Política Nacional de Assistência Social, organizada de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Respeitando os marcos legais e referências técnicas elaborados pelos conselhos de classe (CRP, CREFITO etc) de cada profissão.

- Adequar e ampliar programas suplementares, no primeiro ano de vigência do PME, que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático e de recursos de tecnologia



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos/as estudantes com altas habilidades ou superdotação, de acordo com os marcos legais abaixo:

- a. A NBR - 9050 e Lei 10.098/2000 (A NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a lei 10.098/2000 orientam para as adaptações físicas que precisam ser providenciadas nos prédios e mobiliário, para favorecer o acesso às pessoas que apresentam necessidades especiais);
 - b. O Plano Nacional de Educação que prevê que as escolas do sistema municipal disponham de padrões mínimos de infraestrutura física e de mobiliário adequado para atendimento aos alunos, conforme Resolução do CNE Nº 02/2001, assim como, as escolas disponham de recursos e materiais adequados para atendimento aos alunos e mecanismos que torne acessível a comunicação (Libras, Braille, comunicação alternativa).
 - c. Programa Transporte Escolar Acessível – Caminho da Escola, seguindo as especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;
 - d. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere a garantia de alimentação no período ao atendimento educacional especializado;
 - e. Na hipótese dos alunos com altas habilidades/superdotação, seguir as orientações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).
- Garantir a oferta de Educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos/à estudantes surdos/as e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos/as e surdos-cegos/as, assim como contratação, em cargo efetivo de professores para o atendimento educacional especializado com formações específicas, com salário



Município Araçariguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

compatível ao professor especialista, em número suficiente tanto para o atendimento dos alunos, como para dar suporte ao trabalho do professor em sala de aula e adequações conforme a Resolução CNE Nº 02/2001. Assim como, convênios com instituições especializadas, como Associação dos Deficientes Auditivos de São Roque – ADAS, Associação dos Deficientes Visuais – ADV, entre outras.

- Garantir, no primeiro ano de vigência do PME, a contratação, em cargo efetivo, de professores para o atendimento educacional especializado com formações específicas, com salário compatível ao professor especialista, em número suficiente tanto para o atendimento dos alunos, como para dar suporte ao trabalho do professor em sala de aula, para que assim, possa garantir a realização de formação continuada de professores/as, profissionais de apoio e monitores/as ou cuidadores/as, para que haja a plena participação dos alunos/as nas atividades escolares nas escolas urbanas e do campo da rede pública, além das escolas conveniadas, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e, que seja promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado (AEE).

- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado (AEE), bem como da permanência e do desenvolvimento escolar, sob responsabilidade do gestor do setor responsável pela educação especial (já citado na estratégia 4.5. que prevê a implantação de um setor responsável pela educação especial, até o primeiro ano de vigência deste PME, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva, de acordo com as Diretrizes Nacionais para educação Especial na Educação Básica) em parceria com as Unidades Escolares, dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.



Município Araçatuba - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistida, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- Apoiar a realização de pesquisas interdisciplinares, realizadas pela equipe de profissionais locados do centro de apoio multidisciplinar (estratégia 4.5. que prevê a implantação do centro multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, até o primeiro ano de vigência do PME, articulado com instituições acadêmicas e integrados, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assim como, ampliar e manter cargos efetivos no centro referido, com profissionais de apoio, como: fonoaudiólogo, assistência social, pedagogo, terapeuta ocupacional, psicólogos, psicopedagogo, professor de educação física etc.), para que os resultados sejam utilizados para subsidiar a formulação de políticas públicas Inter setoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
- Promover a articulação Inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- Ampliar as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do atendimento educacional especializado (AEE), profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores/as e interpretes de LIBRAS, guias-interpretes para surdos/as-cegos/as, professores/as de LIBRAS, prioritariamente, surdos/as e professores/as bilíngues.



Município Araçariquama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

- Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação.
- Manter atualizado junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.
- Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.
- Estabelecer parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.
- Manter e ampliar parcerias, em regime de colaboração com os entes federados, com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, objetivando o aumento da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.
- Estabelecer parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a



Município Araçariguama - SP

Secretaria Municipal de Educação

Divisão Pedagógica

participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.



Secretário de Educação

João Ferreira de Carvalho Sobrinho